

CDD OBSERVA ELEIÇÕES NA ZÂMBIA

## As lições sobre eleições democráticas e transição pacífica do poder que chegam da Zâmbia

- “Vou cumprir com as disposições constitucionais para uma transição pacífica de poder. Portanto, gostaria de felicitar o meu irmão, Hakainde Hichilema, Presidente eleito, que se torna o sétimo Presidente da República”, disse Edgar Lungu em breve discurso transmitido pela televisão à nação. O actual Presidente da República da Zâmbia e candidato vencido nas eleições de 12 de Agosto estava assim a reconhecer a derrota esmagadora que sofreu na sua tentativa de ganhar um segundo mandato no país que atravessa uma das piores crises económicas e financeiras.



Depois da tentativa de rejeitar a derrota, Edgar Lungu acabou reconhecendo a vitória do líder da oposição Hakainde Hichilema... E ontem estiveram reunidos

- Apesar da pressão do partido no poder (Frente Patriótica) e do seu candidato, a Comissão Eleitoral da Zâmbia mostrou um alto sentido de responsabilidade e profissionalismo ao conduzir um processo eleitoral com justiça e respeito pelas preferências políticas dos zambianos. Uma lição para os órgãos eleitorais de Moçambique (CNE e STAE) que sempre conduziram processos eleitorais suspeitos e manipulados a favor do partido Frelimo e seus candidatos.
- Faltando apenas um dos 156 círculos eleitorais por apurar os resultados, Hichilema, do Partido Unido para o Desenvolvimento Nacional (UPND, sigla em inglês), soma 2.810.777 votos contra 1.814.201 de Lungu, do partido Frente Patriótica, uma diferença de quase um milhão de votos. “Declaro que Hichilema será o Presidente da Zâmbia”, disse o presidente da Comissão Eleitoral, Esau Chulu, durante a actualização dos resultados feita nesta segunda-feira. Em 2016, Edgar Lungu venceu Hakainde Hichilema por uma margem mínima de 100.000 votos, numa disputa eleitoral marcada por suspeitas de fraude eleitoral.

Esta será a terceira vez que o poder passa, através de eleições, de um partido no poder para a oposição desde a independência da Zâmbia, em 1964. A primeira foi em 1991, quando Kenneth Kaunda, líder independentista e fundador na nação, perdeu as primeiras eleições para Frederick Chiluba, do Movimento para a Democracia Multipartidária. Kenneth Kaunda, que tinha estado durante 27 anos, concorria pelo Partido Unido para a Independência Nacional numa altura em que a sua governação enfrentava uma grave crise económica e alegações de corrupção. O voto juvenil foi decisivo para a primeira alternância política numa região onde o poder era dominado por partidos independentistas.

As eleições deste ano também decorreram num contexto de grave crise económica e financeira e de uma dívida pública insustentável. Aliás, em Outubro do ano passado o Governo da Zâmbia informou que seria incapaz de fazer pagamentos às obrigações financeiras externas devido a pressões de liquidez criadas pela pandemia da Covid-19. A situação levou as agências de notação financeira a colocarem a Zâmbia em incumprimento financeiro, tornando-se assim no primeiro país africano que entrou em default devido à crise gerada pela Covid-19. Hichilema, de 59 anos, tem presente que foi eleito num “momento difícil”, apesar da subida histórica dos preços de cobre – principal produto de exportação da Zâmbia – ter impulsionado ligeiramente a economia.

Descrito como um empresário de sucesso, Hichilema chega ao poder após seis tentativas, isto é, ele concorre à Presidência da Zâmbia desde 2006. Na sua primeira comunicação após ter sido declarado vencedor, o Presidente eleito condenou os ataques à propriedade, depois que um centro comercial que leva o nome de Edgar Lungu foi saqueado. “Por muitos anos fomos vítimas. Não estamos prestes a ini-



ciar uma nova onda de violência. Se você quer mostrar uma moral mais elevada, não os ataque.»

As eleições zambianas foram marcadas por cenas de violência que culminaram com o assassinato de dois membros da Frente Patriótica. No sábado, quando os primeiros resultados já davam indicação de uma vitória folgada ao líder da oposição, Lungu usou a violência para rejeitar a derrota, afirmando que o processo não tinha sido nem livre nem justo. “Como é que as eleições podem ser justas quando há pessoas

assassinadas e muitas outras estão escondidas depois de terem sido brutalmente violentadas? Isso é democracia? Escrevemos à Comissão Eleitoral da Zâmbia, mas eles continuam anunciando os resultados. Portanto, estamos a fazer consultas sobre a decisão que devemos tomar”.

Na véspera da eleição, o governo cesante de Lungu mobilizou o exército para as ruas supostamente para conter a violência eleitoral, mas a acção foi criticada como sendo uma tentativa de intimidar o eleitorado jovem ávido em votar pela


mudança. Já no próprio das eleições, plataformas sociais como Facebook, Twitter, Instagram e WhatsApp foram bloqueadas. Uma organização de direitos humanos, a Chapter One Foundation, apresentou uma reclamação a um tribunal superior que tratou de anular a decisão do regulador das telecomunicações da Zâmbia que tinha ordenado o bloqueio na quinta-feira. A missão de observação da União Europeia tinha criticado as restrições nas redes sociais sem qualquer explicação sobre os motivos e a duração da medida.



#### INFORMAÇÃO EDITORIAL:

**Propriedade:** CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** Emídio Beula  
**Autor:** Emídio Beula  
**Equipa Técnica:** Emídio Beula, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, e Ligia Nkavando.  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
 Telefone: +258 21 085 797

 CDD\_moz  
**E-mail:** info@cddmoz.org  
**Website:** http://www.cddmoz.org

#### PARCEIRO PROGRAMÁTICO



#### PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

